



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638387 - SP (2021/0000708-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABRIEL KENJI WASANO MISAKI - SP305314  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : IZABEL MARIA SENA (PRESO)  
**CORRÉU** : RENATO FELIPE SENA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IZABEL MARIA SENA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal n. 2283985-48.2020.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante em 29/11/2020 pela suposta prática de tráfico de drogas, crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva.

A impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos para a manutenção da segregação preventiva.

Afirma que a quantidade elevada de droga apreendida não pode, por si só, afastar o § 4º do art. 33 da Lei de Drogas.

Ressalta que a prisão preventiva é medida cautelar, de modo que não pode ser mais gravosa do que eventual condenação, sob pena de violação do princípio da proporcionalidade.

Aduz, por fim, que a Recomendação CNJ n. 62/2020 determina que as prisões preventivas sejam reavaliadas, devendo-se levar em conta, ainda, a superlotação do estabelecimento prisional em que a paciente se encontra.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão da paciente, com a aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere, conforme previsto no art. 319 do Código de Processo Penal. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto os argumentos apresentados pelo impetrante já foram devidamente examinados e rechaçados pelo Tribunal de origem, restando mantido o decreto prisional (fls. 166/170).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente